



CRISE ECONÔMICA

Senador Wilder discute recordes de pedidos de recuperação judicial

METAS DE CRESCIMENTO

Marconi analisa com equipe ações para avanço da competitividade



CERRADO



Goiânia, SÁBADO, 7 de maio de 2016

-  www.wildermorais.com.br
-  facebook.com/wildermorais
-  instagram.com/wildermorais
-  twitter.com/wildermorais

REVISTA BULA

A alma não conhece nada sem a imaginação





A IMPORTÂNCIA DA IMAGINAÇÃO PARA O PENSAMENTO

Aristóteles, em seu livro “De Anima”, estabelece que o homem é um animal dotado de algumas faculdades, consideradas por ele como especiais, sendo elas a imaginação e o intelecto. Dito de outro modo, para o filósofo grego, a base de todo o conhecimento humano provém da sensibilidade, já que o intelecto precisaria, portanto, de tal elemento, para se atualizar e se tornar inteligível. Sendo assim, a abstração se daria por meio da percepção sensível, ou seja, os elementos fornecidos pelos sentidos (visão, tato, audição, paladar e olfato) seriam o substrato do qual a inteligência se utilizaria para efeito de constituição de um saber, ligado à materialidade e às coisas do mundo. No dizer do filósofo: “O fato de pensar depende do sujeito que pode exercer este ato; o ato de sentir, por outro lado, não depende dele: sendo para isso necessário que o sensível lhe seja concedido”.

Ademais, ainda segundo Aristóteles, a faculdade imaginativa é a que possibilitaria, ao indivíduo, produzir imagens advindas do contato direto com os objetos materiais presentes na realidade, e sendo que tais imagens ficariam retidas na memória. Assim, essas imagens poderiam ser acessadas sem que houvesse a necessidade de nova experiência sensível com vistas a “reacendê-la” em nosso intelecto.

Como assevera o professor e profundo estudioso do assunto, Herbert Davidson, Aristóteles não foi capaz de esclarecer, de forma clara e evidente, a natureza desse processo intelectual; ele não conseguiu estabelecer a que tipo pertence tal inteligência, ou mesmo, no que consiste esta

atividade em seu sentido estrito. Logo, o referido filósofo baseou-se tão somente em analisar a conexão existente entre as faculdades intelectual e imaginativa, ao definir que o intelecto seria dependente das imagens fornecidas pela imaginação, bem como a sua atuação derivar-se-ia delas (as ditas imagens sensoriais). O autor, também, destacou que a indefinição, proposta por Aristóteles, no que tange ao intelecto e suas funções e/ou propriedades, gerou uma série de interpretações e, conseqüentemente, diversos comentários (referentes tanto à tradição helenística quanto à medieval) a esse respeito.

Desta feita, embora existam lacunas no que toca à relação entre o que é dado pela sensação e o que é estabelecido pelo intelecto, tais concepções baseiam-se, em grande medida, na chamada descrição aristotélica do processo de cognição, que trata da recepção da forma de um objeto específico do qual se extraiu a sua materialidade.

O filósofo Averróis, por sua vez, define como formas materiais a relação existente entre as formas dos objetos físicos e as formas da alma oriundas tanto dos dados externos quanto dos sentidos internos (sentido comum, imaginação, cogitação e memória), através do qual os inteligíveis podem ser assim acessados ou mesmo adquiridos. Nesse sentido, a aquisição de algo que é universal — como o conceito de cor ou a de uma espécie animal, por exemplo — passaria, necessariamente, pela afecção material de um dado objeto, a ser percebido sensorialmente, e depois depurado na alma. Por causa disso e em razão dessa interferência,

no plano da percepção, é que um cego jamais poderia adquirir o conceito de cor.

Vê-se, pois, que a construção de um determinado conceito (o inteligir sobre algo) está vinculada às imagens que se tem acerca de uma determinada coisa. Por essa lógica é que, para Averróis, os inteligíveis pertencentes a um indivíduo não são completamente idênticos aos de outro indivíduo. E tais inteligências, sobretudo o intelecto potencial e a faculdade cogitativa, estão também sujeitas à mudança, bem como vinculadas a cada um desses indivíduos — enclausurados em suas formas perceptuais e imagéticas —; não obstante o fato de existirem outras formas de inteligência, apontadas pelo mencionado filósofo, em muitos dos seus comentários com relação a Aristóteles, dentre as quais podemos citar: as inteligências separadas (dos corpos celestes), as inteligências agentes e a inteligência em ato puro (Deus: o primeiro motor), e todas elas prescindindo, parcial ou totalmente, da materialidade.

Na visão de Averróis, o nosso processo cognoscitivo (como se dá o nosso conhecimento) envolve a recepção e a captura de uma substância que é separado da matéria, embora tenha o seu início nos dados provenientes dos sentidos, passando, doravante, pela imaginação até atingir o seu ápice no intelecto. Com efeito, o sensível é tudo o que pode ser captado pelo intelecto, visto que para este pensador: “a alma não conhece nada sem a imaginação, do mesmo modo que a ação dos sentidos depende da presença do objeto sensível”.

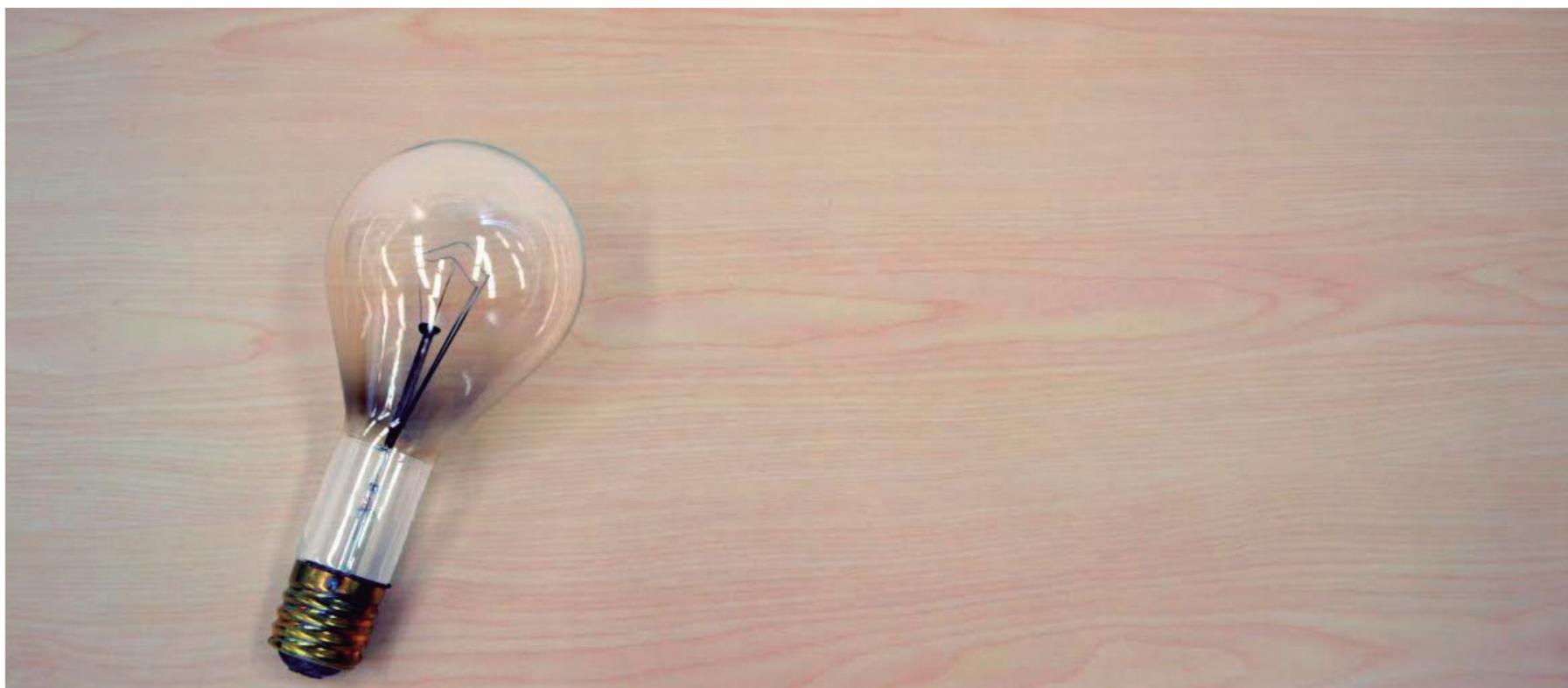
Portanto, um filósofo tam-

bém importante e que merece ser citado nesse contexto teórico é David Hume. Uma vez que, na concepção de Hume, o conhecimento é fruto da experiência e só pode ser adquirido por via das sensações. Para este filósofo, qualquer noção, sendo ela simples ou complexa, somente pode ser concebida a partir do modo como é então percebida, ou seja, o pensamento deriva-se e compõe-se de impressões sensíveis. A impressão seria, nesse caso, a causa direta da ideia surgida na mente. A lembrança de tal impressão é o que geraria a noção que se tem sobre a coisa vivida e experimentada na prática. De tal modo que, a experiência (sensorial) que se tem de um limão, por exemplo: o seu cheiro, a sua cor e o seu sabor (puxado para o azedo) é o que constituiria a noção e o conceito que se tem desse objeto a que se pode chamar de limão; é o que serviria de base para o nosso entendimento disso que se diz ser um limão. Em poucas palavras, graças aos sentidos é que obtemos o material necessário para a formação de um conhecimento que tem correlação direta com a realidade.

Para Hume, existe um problema relativo às noções complexas que não têm correspondentes complexos na realidade material. Razão pela qual é que determinados conceitos, como o de anjo ou mesmo o de pégaso (o mito do cavalo alado), não podem ser conhecidos e nem tampouco percebidos. Nessa vertente é que surge a seguinte pergunta: de que impressões surgiram tais noções? Para o filósofo, essa questão só pode ser respondida, na medida em que: uma noção complexa possa ser decomposta

em suas noções simples, sendo estas constituintes daquela. Dessa forma, então, é que podemos dizer que a mente produziu um conceito complexo acerca das duas noções (a de anjo e a de pégaso) a partir de noções advindas de impressões simples; ou seja, a imaginação realizou a junção entre a impressão de um animal — no caso o cavalo — e a impressão de um par de asas, formando assim uma ideia de uma criatura que não existe, mas que pode ser construída por meio de uma associação mental de impressões “reais”. Com isso, a mente humana teria um papel criativo, de acordo com as próprias palavras do filósofo Hume, ao afirmar que a mente nada mais é do que “uma espécie de teatro”, nele fluindo diversos elementos que “se sucedem em suas entradas e saídas de cena, e se misturam numa infinidade desordenada de posições e de tipos”.

Por fim, na mesma linha dos autores citados anteriormente, o filósofo Gilles Deleuze propõe a seguinte análise sobre o tema em questão: “Nada se faz pela imaginação, tudo se faz na imaginação. Ela não é nem mesmo a faculdade de formar ideias: a produção da ideia pela imaginação não é mais que uma reprodução da impressão na imaginação. Certamente, a imaginação tem sua atividade, mas esta atividade mesma é sem constância e sem uniformidade, fantasista e delirante, ela é o movimento das ideias, o conjunto de suas ações e reações. (...) Como liame de ideias, ela é o movimento que percorre o universo, engendrando dragões de fogo, cavalos alados, gigantes monstruosos”.



PRIVACY.COM

ECONOMIA

Recordes de pedidos de recuperação judicial assustam, diz senador Wilder

AGÊNCIA SENADO



“Governo federal tem de agir rápido antes que a avalanche da falência passe a ser uma epidemia no país”, diz Wilder

WELLITON CARLOS

O senador Wilder Morais comentou como extremamente negativo o indicador Serasa Experian de Falência e Recuperações divulgado nesta quarta-feira, 4. “Indica que estamos perdendo uma guerra. É hora de reagir. Para toda ação existe uma reação. O Poder Executivo precisa reagir, caso contrário perderemos um imenso quantitativo de empresas que geram empregos”, diz Wilder.

Conforme o indicador, os pedidos de recuperação judicial no primeiro deste ano-quadrimestre marcaram o maior nível em dez anos.

Por esse levantamento, em quatro meses, ocorreram 571 ocorrências – praticamente o dobro das 289 que foram apresentadas de janeiro a abril do ano passado.

No direito falimentar atual não existe mais a figura da concordata, explica o senador Wilder. A legislação passou a ser menos rigorosa com as empresas se comparada com a lei antiga, a 7.661/45, que estipulava regras rígidas para quem entrasse em estágio de concordata e praticamente sentenciava a morte das empresas.

De acordo com o Sera-

sa, por meio de nota enviada para nossa reportagem, “o prolongamento e a ampliação do atual quadro recessivo da economia aliada à elevação dos custos operacionais e financeiros têm levado a recordes consecutivos dos requerimentos de recuperações judiciais”.

Os economistas da Serasa pedem ação urgente do setor público e agentes políticos para que o país não sofra em toda sua capilaridade os efeitos da recessão.

Wilder diz que se indigna com a situação, pois a “corda sempre arrebenta para o lado do mais fraco”. Ele se refere aos dados de que as empresas mais frágeis são as pequenas e médias. “Pelo levantamento, existem 327 pedidos de falências e recuperações judiciais, entre janeiro e abril de 2016. Mas também tem afetado grandes companhias, com 95 casos nos três primeiros meses do ano”, analisa o senador.

Wilder destaca que os dados de falência preocupam, pois revelam o estágio que pode ser o amanhã das empresas em recuperação judicial. “Pela pesquisa, ocorreu uma significativa alta de 4% das quebras em relação a igual período de 2015. Esse

dado é importantíssimo, mas o que me chama atenção é o futuro: então, o que podemos fazer para manter as empresas que se encontram em recuperação judicial? Acredito que uma auditoria séria e a oferta de crédito podem ser boas saídas”.

As médias empresas devem receber atenção especial pelo governo federal, analisa Wilder. O senador diz que é preocupante o aumento para 130 ocorrências, quando nos três meses do ano passado ocorreram 110.

O senador Wilder é integrante da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE) e pretende realizar audiência pública com as entidades da sociedade civil e empresariais para debater o que pode ser feito para estancar a sangria que tem provocado tantos pedidos de recuperação judicial e, consequentemente, desemprego.

Wilder diz que a CAE tem competência para apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e desta forma emitir um parecer, tendo em vista que o governo federal tem o dever de agir rápido antes que a avalanche da falência passe a ser uma epidemia no país.

O ESTADO QUE MAIS CRESCE NO BRASIL

Marconi debate ações para avanço da competitividade de Goiás

HENRIQUE LUIZ/GOV.GO

O governador Marconi Perillo se reuniu nesta quinta-feira, 5, com representantes de secretarias, agências e autarquias do Governo de Goiás, para discutir medidas que possam alavancar a competitividade de Goiás nos próximos dois anos. Durante o evento, realizado no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, foram analisadas metas nas áreas de segurança, trânsito, saúde, saneamento, habitação, desenvolvimento econômico, educação e cultura que contribuam para que o Estado esteja entre os cinco mais competitivos do país, até 2018.

A ação faz parte do Programa Goiás Mais Competitivo, lançado em setembro de 2015 e que está sob a coordenação da Secretaria Estadual de Gestão e Planejamento (Segplan). Conforme as regras do programa, cada órgão do Governo do Estado é responsável pela elaboração e cumprimento de metas que contribuam para o desenvolvimento econômico e social de Goiás a curto, médio e longo prazos.

Em avaliação das metas dis-

cutidas, o secretário de Gestão e Planejamento, Joaquim Mesquita, explicou que muitas ações já estão adiantadas, como as desenvolvidas pelas agências goianas de Habitação (Agehab) e de Transportes e Obras (Agetop). “Isso é mais uma demonstração do esforço do governo Marconi Perillo em tornar Goiás um dos Estados mais competitivos do Brasil, garantindo melhor qualidade de vida à população, por meio de uma gestão pública mais eficiente”, afirmou.

PROGRAMA

Além da ampliação da competitividade econômica, o Programa Goiás Mais Competitivo tem por objetivo elevar a qualidade de vida e a eficiência da gestão pública do Estado por meio de uma agenda estratégica. Após estudos e análises situacionais, foram selecionados 122 indicadores. Destes, foram definidos 15 desafios estrategicamente priorizados pelo Governo para serem cumpridos até 2018.

Participaram da reunião os se-



Governador analisou metas em áreas como segurança, trânsito, saúde e Educação

cretários de Segurança Pública e Administração Penitenciária, José Eliton; de Saúde, Leonardo Vilela; de Educação, Cultura e Esporte, Raquel Teixeira; além do secretário interino de Desen-

volvimento, Luiz Maronezi; do presidente da Agência Goiana de Habitação (Agehab), Luiz Stival; do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO), Manoel Xavier; da Junta

Comercial do Estado de Goiás, Rafael Lousa; da Agência Goiana de Transporte e Obras, Jayme Rincón; da Saneago, José Taveira; e da Controladoria Geral do Estado, Adauto Barbosa.

SENADOR WILDER NA MÍDIA

Jornal do Senado

8

Brasília, quarta-feira, 4 de maio de 2016

Conselho Diretor da Anatel vai analisar os argumentos pró e contra o limite de banda larga fixa para tomar uma decisão definitiva, que ainda não tem data para acontecer

Debatedores divergem sobre banda larga fixa

A POSSIBILIDADE DE limitar o consumo de internet fixa, como querem as operadoras do serviço, gerou intenso debate ontem entre representantes dos consumidores e das empresas durante quase cinco horas de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Infraestrutura (CI) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Em 2015, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) registrou cerca de 25,5 milhões de assinantes de banda larga fixa no Brasil. A internet instalada em locais residenciais e comerciais com acesso via wi-fi funciona por meio de um contrato em função da velocidade, sem limite máximo de consumo de volume de dados por mês. Já o contrato de internet móvel disponibiliza uma franquia (quantidade máxima) de volume de dados. Quando esse volume é atingido, a velocidade de acesso cai a ponto de inviabilizar a navegação.

Durante o debate, representantes dos institutos de defesa do consumidor criticaram a intenção das empresas de telecomunicações de mudar o modelo de negócio da banda larga fixa. Decisão recente da



A mesa, os senadores Hélio José, Lasier Martins e Garibaldi Alves Filho, durante explanação do conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone sobre franquia de dados

Anatel permitiu que as operadoras cobrem por volume de dados, e não por velocidade, como acontece hoje, mas a agência voltou atrás depois de protesto dos consumidores e proibiu por tempo indeterminado qualquer tipo de limitação à banda larga fixa.

O conselheiro da Anatel Rodrigo Zerbone disse que a prática de cobrança por franquia de dados não é proibida em nenhum país. No entanto,

a suspensão da permissão para limitar a banda larga fixa vai, segundo ele, dar tempo para que o Conselho Diretor da agência analise todos os argumentos até uma decisão final, que não tem data para ocorrer.

Infraestrutura

Autor do requerimento da audiência, Wilder Moraes (PP-GO) afirmou que o problema da internet no Brasil é a precariedade da infraestrutura, que

não possibilita a ampliação da oferta. Ele disse que o regime jurídico de infraestrutura de Tecnologia da Informação não favorece investimentos de longo prazo, porque retira das empresas a posse dos bens reversíveis após o fim da concessão.

— Garantir a propriedade dos ativos é o básico. Para o senador Walter Pinheiro (sem partido-BA), o governo federal está falhando

na condução dos serviços de telecomunicações. Para ele, é preciso derrubar a carga tributária e vincular os recursos dos fundos ao investimento no setor.

O presidente da CCT, senador Lasier Martins (PDT-RS), afirmou que a comissão vai se aprofundar nessa questão dos recursos dos fundos, que foi escolhida como política pública a ser avaliada pela comissão em 2016.

LIVROS PARA ESTUDANTES



A estudante Nathália Lopes, do 1º período de Direito da Universo, recebe kit de livros doados pelo senador Wilder

CUMARI

Vereador Paulo Honório, de Cumari, entrega a estudantes do município kits de livros doados pelo senador Wilder



Goiás Interior
A Notícia como ela é!

Home Cidades Política Esporte Notícias do Campo De Olho Aberto Espaço do Leitor Serviços Contato

HOME / GOIATUBA

Zezinho Vieira confirma pré-candidatura pelo PP
Publicado quinta-feira, 05 de maio de 2016

O ex-vereador José Alves Vieira, o Zezinho Vieira, confirmou no último final de semana a sua pré-candidatura. O anúncio acontece durante reunião promovida pelo senador Wilder Moraes, em Goiânia, onde lideranças do Partido Progressista (PP) de todo o Estado marcaram presença.

No evento, Wilder Moraes, que preside a sigla em Goiás, recebeu o vice-governador e secretário de Segurança Pública, José Éilton (PSDB), a quem apresentou os pré-candidatos do PP no Estado e fez uma convocação para que o partido participe do processo eleitoral em todos os municípios goiano.

Zezinho Vieira foi uma das lideranças que marcaram presença no evento e teve seu nome confirmado pelo senador Wilder Moraes como pré-candidato a prefeito do partido à Prefeitura de Goiatuba.

